



REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

EXCERTO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DE 2018, QUE APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017.

Aos nove dias de março de dois mil e dezotois oitavo, reuniu-se o Conselho de Administração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, na sala de reuniões da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, no Setor de Antarquias Sul, Quadra 5 Eloco H06 Edifício do Ibiti, 2º andar, Asa Sul, Brasília (DF), tendo como participantes, o senhor Maximiliano Salvadori Martinho, conselheiro representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e presidente do conselho, a senhora Fabíola Gonçalves Pereira Greve conselheira representante da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), o senhor Flávio Júlio Ciccarini conselheiro representante do Ministério da Educação (MEC), a senhora Liane Margarida Rokenbach Tarouco conselheira representante dos Pontos de Presença (POP), a senhora Regina Lima conselheira e representantes dos associados da RNP, senhor Rafael Pontes Lima conselheiro e representante dos Pontos de Presença (POP) e a senhora Rossana Maria de Castro Andrade conselheira e representante do Laboratório Nacional de Redes de Computadores.

(LARC), com o objetivo de tratar dos assuntos referenciados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o item 4 da pauta, foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2017 com base no parecer dos Auditores Independentes, apresentados pela empresa RNP. Conselho de Administração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - CADM: Fabíola Gonçalves Pereira Greve - Representante Sociedade Brasileira de Computação - SBC; Flávio Júlio Ciccarini - Representante do Ministério da Educação - MEC; Liane Margarida Rokenbach Tarouco - Representante dos Pontos de Presença - POP-PS; Marcia Regina Souza - Representante dos Associados; Maximiliano Salvadori Martinho - Presidente - Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI; Otávio Calixta - Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI; Rafael Pontes Lima - Representante dos Pontos de Presença - POP-AP; Rossana Maria de Castro Andrade - Representante do Laboratório Nacional de Redes de Computadores - LARC.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.951.544	170
Títulos e valores mobiliários	5	249.480.960	265.557.514
Contas a receber	6	887.784	110.778
Contas a receber - partes relacionadas	25	-	635.667
Caução em garantia		54.702	-
Adiantamentos a terceiros	7	2.569.835	475.306
Créditos de funcionários	8	206.425	367.76
Despesas pagas antecipadamente	9	2.585.792	2.577.300
Impostos e contribuições a recuperar		6	8.315
Total do Ativo Circulante		261.737.048	269.708.562
Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	10	4.397.784	6.648.883
Depósitos judiciais	11	2.270.311	1.569.311
Garantia bancária	12	79.590	-
Imobilizado líquido	13	28.891.724	36.242.746
Intangível líquido	14	1.584.037	2.561.522
Total do Ativo Não Circulante		37.323.446	47.022.462
Total do Ativo		299.060.494	316.731.024

	Nota	2017	2016
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	15	13.579.393	23.061.534
Obrigações fiscais	16	1.137.516	1.202.228
Obrigações sociais	17	1.252.921	1.293.553
Obrigações trabalhistas	18	7.896.856	4.472.859
Obrigações em circulação	19	200.984.475	229.024.832
Outras contas a pagar		44.162	244.783
Total do Passivo Circulante		224.895.323	259.299.789
Não Corrente			
Provisão para contingências	20	24.448.320	27.989.195
Total do Passivo Não Circulante		24.448.320	27.989.195
Patrimônio Social			
Capital social		29.442.040	32.474.854
Superávit (Deficit) do exercício		20.274.811	(3.032.814)
Total do Patrimônio Social		49.716.851	29.442.040
Total do Passivo e Patrimônio Social		299.060.494	316.731.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

1. Informações sobre a entidade: A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116, sala 1103, Rio de Janeiro - RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.107, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico, a criação de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica em serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Lp, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base de nova sociedade de conhecimento, onde o domínio e uso de tais essências para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo engloba as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento de consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, além de outras informações. A proposta de plano de fomento foi encaminhada ao novo ciclo do Contrato de Gestão 2018-2022 (fz elaborado em 2017, contendo: Plano de Ação Plurianual, Quadro de Indicadores e Metas com memória de cálculo, sistematiza de avaliação, orçamento estimado e cronograma de desembolso. No entanto, o processo de renovação do Contrato de Gestão foi novamente prorrogado pelo MCTIC, tendo o contrato sido prorrogado por mais um ano, até 31/12/2018, em cláusula incluída no 16º Termo Aditivo, assinado em outubro de 2017. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTIC para manutenção de suas atividades, em equilíbrio econômico-financeiro. Em conformidade com a natureza das operações da Organização, a vigência do Contrato de Gestão e a conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucro). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 02 de fevereiro de 2018. **3. Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram sendo consistentes em todos os exercícios de 2017 e 2016, exceto em apresentadas, salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor. b) Aquisição do superávit: O superávit é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão e convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa. A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na medida em que são acordadas as despesas com projetos executados com recursos do Contrato de Gestão ou financiados pela FINEP. As receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geradas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento. Com isso, os resultados apurados na Demonstração de superávit (deficit) do exercício se referem ao resultado desta última execução. c) Provisão para crédito de liquidação de dívida: É constituída com base em análise da carteira pela Administração, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) Imobilizado: Está registrado ao custo, incluindo das despesas com aquisição de bens de imobilizado e de outros ativos. e) Intangível: Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição de deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. f) Provisões:

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de superávit ou deficit, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos civis e trabalhistas: A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. g) Julgamentos, estimativas e promissas contábeis significativas: O processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e promissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e promissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como a provisão para contingências. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das demonstrações financeiras pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e promissas anualmente. h) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo pelo método de resultados, e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da RNP incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos de transferência. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Entidade analisa na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. **Instrumentos derivativos:** A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. j) Tributação: A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária. Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto sobre Serviços - ISS 5,00% Programa de Integração Social - PIS 0,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 3,00% Atribuição sobre o lucro compreendida o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, considerando o lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários em relação aos débitos. k) Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	Nota	2017	2016
Recetas Com Restrição			
Receita do contrato de gestão		223.306,83	209.870,683
Receita de convênios	21	27.649,870	5.931,420
Receita de reembolso de recurso		-	1.116,445
Recetas Sem Restrição			
Recetas de prestação de serviços		2.384,765	16,399,959
		253.340,818	218.558,510

(Despesas)/Recetas Operacionais			
Despesas com pessoal		(55.333,251)	(48.459,411)
Provisão de férias e 13º salário		(3.321,493)	(31.420,222)
Provisão para contingências (Reversão)		3.445,738	704,457
Despesas gerais e administrativas	22	(165.459,220)	(167.936,849)
Despesas tributárias		(1.192,224)	(1.020,885)
Depreciação e amortização	13 e 14	(116.127,209)	(116,407,889)
Outras receitas operacionais	23	(7.947,566)	(137,181)
		(245.776,225)	(236,509,526)
Despesas financeiras		(3.572,492)	(31,48,230)
Recotas financeiras		16.282,710	17,616,411
Resultado financeiro líquido	24	12.710,218	14,468,181
Total das (Despesas)/Recetas Operacionais		(233.066,007)	(221,501,325)
Superávit/(Deficit) do exercício		20.274,811	(3.032,814)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (Deficit) acumulado	Total
Em 01 de janeiro de 2016	3.183,917	29.290,937	32.474,854
Incorporação de superávit	29.290,937	(29.290,937)	-
Deficit do exercício	(3.032,814)	-	(3.032,814)
Em 31 de dezembro de 2016	32.474,854	(3.032,814)	29.442,040
Incorporação de deficit	-	3.032,814	3.032,814
Superávit do exercício	-	20.274,811	20.274,811
Em 31 de dezembro de 2017	29.442,040	20.274,811	49.716,851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Deficit) do exercício	20.274,811	(3.032,814)
Depreciação e amortização	14.818,852	14,468,181
Amortização de despesa antecipada	1.986,157	1.986,157
Provisão para contingência (Reversão)	(3.540,874)	(704,457)
Provisão para perda do ativo imobilizado	7.921,929	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3,072)	(7,408)
	40.820,002	12,668,688

Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Varição em contas a receber	(773,946)	364,353
Varição em contas a receber - partes relacionadas	(635,667)	(635,667)
Varição em depósito em garantia	(54,702)	-
Varição em adiantamentos a terceiros	(2.094,798)	(99,093)
Varição em crédito de funcionários	157,351	(3,105)
Varição em despesas pagas antecipadamente	26,456	262,375
Varição em tributos e contribuições a recuperar	8,309	34,163
Varição em depósitos judiciais	(701,000)	(709,090)
Varição em banco garantia	(179,290)	-
	(2.766,239)	(786,064)

Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição em fornecedores	(9.482,141)	4.548,317
Varição em obrigações fiscais	(60,712)	143,195
Varição em obrigações sociais	(40,426)	133,072
Varição em prováveis trabalhistas	3.423,997	284,104
Varição em obrigações em circulação	(28.400,357)	119,003,655
Varição em contas a pagar	(200,623)	150,502
	(34.040,468)	124,262,809

Fluxo líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	3.649,295	136,145,323
Caixa de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos intangíveis	16.076,554	(133,265,556)
Adições de imobilizado e intangível líquidos	(13,774,475)	(2,829,875)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	2.309,079	(136,145,231)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	5.951,374	92
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	470	170
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.951,374	78
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	5.951,374	92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2017	2016
4. Caixa e equivalente de caixa		
Banco do Brasil S.A. - 37.000-2	-	33
Banco do Brasil S.A. - 27.400-3	-	3
Banco do Brasil S.A. - 27.500-X	-	45
Banco do Brasil S.A. - 70.002-9	-	44
Banco do Brasil S.A. - 40.100-5	-	26
Banco do Brasil S.A. - 28.690-7	-	19
Banco do Brasil S.A. - 128.000-7	96,821	-
Banco do Brasil S.A. - 28.690-7	1,181	-
Banco do Brasil S.A. - 80000-7	3,408	-
Caixa Econômica - 1989-3	5.500,133	-
Caixa Econômica - 2269-0	349,801	-
	5.951,544	170

	2017	2016
5. Títulos e valores mobiliários		
Renda fixa - FIX	217.029,491	260,484,982
Renda fixa - DI	12.217,917	4.572,532
Título de Capitalização	503,576	500,000
Pesquisa	19,443,191	-
CDB	286,783	-
	249.480,960	265.557,514

6. Contas a receber

	2017	2016
Clientes	789,811	95,184
Duplicatas a receber	238,020	162,713
PECLD	(140,847)	(147,119)
	887,284	110,778

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi como segue:

continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2016 (147.119)
 (+) Complemento/acerto PECLD (12.288)
 (-) Baixas ocorridas 19.260

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (140.407)

A conta "Contas a receber - Clientes" refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta "Duplicatas a receber" refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios.

	2017	2016
7. Adiantamentos a terceiros		
Adiantamento a fornecedores	192.997	179.066
Importação em andamento	2.369.399	245.660
Adiantamento de viagens	7.309	47.950
Outros	130	2.360
	2.569.835	475.036

O aumento do saldo está relacionado à aquisição do equipamento para o acordo de cooperação com a CHESE. A RNP firmou um acordo de cooperação técnica com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para o compartilhamento de infraestrutura optica em toda região Nordeste, tendo como suporte as linhas de transmissão da Companhia. Esta parceria permitirá acessar a oferta de infraestrutura de alto desempenho para educação e pesquisa e beneficiar o acesso à internet de alta velocidade da comunidade acadêmica, incluindo centros de pesquisa, faculdades, institutos superiores, hospitais de ensino e centros de educação tecnológica.

	2017	2016
8. Crédito de funcionários		
Adiantamento de viagens	2.683	12.708
Adiantamento de salário	2.683	23.159
Empréstimos a funcionários	815	832
Antecipação de 13º salário	815	-
Antecipação de férias	206.425	327.077

	2017	2016
9. Despesas pagas antecipadamente (corrente)		
Prêmios de seguros	334.692	306.207
Adiantamento a fornecedores	2.251.099	2.251.099
	2.585.792	2.557.306

	2017	2016
10. Despesas pagas antecipadamente (não corrente)		
Adiantamentos diversos	1.253.035	1.517.977
Adiantamento a fornecedores	3.144.749	5.130.906
	4.397.784	6.648.883

Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a Oi um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos pontos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de capitalização apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2016).

	2017	2016
11. Depósitos judiciais		
Processo RFB (a)	1	498.765
Processo RFB - PIS / COFINs (b)	1	1.771.546
	2.270.311	1.569.311

(a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRRF retida pela Fazenda Nacional. (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINs sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas por firms de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINs, pois entende que essa cobrança é indevida, dando que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser. Ambas as causas são ativas com possibilidade de sucesso classificada como possível, portanto, não foram registradas provisões monetárias.

	2017	2016
12. Garantia Bancária		
Caixa Econômica - CAPEs	179.590	179.590

Foi assinado um contrato de prestação de serviço com a CAPEs e uma das obrigações da contratada é a exigência de constituição de uma garantia bancária (segundo IN 04 de 12 de novembro de 2010).

		Taxas anuais de depreciação	Residual Decri/16	Custo Aquisições	Depreciação Anual	Residual Decri/17
Equipamentos de computação	20%	25.268.031	11.760.609	(2.968.098)	(11.372.532)	2.859.521
Móveis e equipamentos	10%	7.545.209	1.885.005	(542.510)	(1.145.255)	341.264
Benefícios em propriedade de terceiros	10%	104.076	-	-	(57.867)	46.210
Móveis e utensílios	10%	3.325.430	206.582	(251.617)	(707.472)	213.834
Provisão de Perda no Ativo		-	-	(45.514.554)	(53.086.923)	-
		36.242.746	39.366.650	(56.849.148)	(13.283.126)	3.141.660
						28.991.724

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 13.283.126 (R\$ 13.586.121 em 2016) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2017 ocorreram baixas no ativo imobilizado por doação no montante de R\$ 1.556.105, por aviação de R\$ 118.984, por obsolescência de R\$ 1.638.665, por roubo de R\$ 15.316, por traslado de R\$ 179.129 e por outros casos de R\$ 253.127, totalizando o montante de R\$ 3.762.225 (custo de aquisição) e que representa R\$ 347.624 de efeito líquido de depreciação (R\$ 333.860 em 2016). Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para o qual o saldo líquido do imobilizado apresenta adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens descritos abaixo:

	Valor Residual 31.12.2017	R\$
Classificação do bem		
Não informado	RS\$ 275.059	
Fera de uso temporário	RS\$ 712.365	
Obsoleto para o projeto	RS\$ 210.158	
Irrecuperável	RS\$ 72.979	
Sem classificação	RS\$ 247.236	
Recuperável	RS\$ 21.165	
	RS\$ 572.469	

14. Intangível

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

	Taxas anuais de depreciação	Residual Decri/16	Custo Aquisições	Depreciação Anual	Residual Decri/17
Sistema aplicativo	20%	2.561.522	296.978	(431.538)	(897.926)
Software				404.462	1.933.498
Provisão Perda no Ativo			(720.427)	(1.069.883)	-
		2.561.522	1.017.400	(1.501.421)	(897.926)
					404.462
					1.584.037

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 897.926 (R\$ 835.530 em 2016) e está registrada no resultado do exercício. No exercício de 2017 ocorreram baixas no ativo intangível por obsolescência no montante de R\$ 389.856, por doação de R\$ 41.682, totalizando o montante de R\$ 431.538 (custo de aquisição) e que representa R\$ 27.076 de efeito líquido de amortização (R\$ 21.014 em 2016). Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo intangível cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para o qual o saldo líquido do intangível apresenta adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens do intangível descritos abaixo:

	Valor Residual 31.12.2017	R\$
Classificação do bem		
Expirado	RS\$ 172.388	
Não informado	RS\$ 91.111	
Fera de uso temporário	RS\$ 882.729	
Obsoleto para o projeto	RS\$ 853	
Não localizado	RS\$ 80	
	RS\$ 349.461	

	2017	2016
15. Fornecedores		
Fornecedores de serviços de telecomunicações	9.918.398	22.035.545
Fornecedores contratos	889.757	502.075
Fornecedores de serviços profissionais	726.424	523.914
	13.579.393	23.061.534

Em 2016 foi realizado o direcionamento de pagamentos, ou seja, a RNP tinha parcelas de fornecedores em aberto que somente foram quitadas no primeiro trimestre de 2017. Adicionalmente, em 2016, o batimento da planta - conferência do valor devido por circuito entre a operadora e a RNP - com a Oi, a Brasil Digital e a Telefonia ainda não haviam sido concluídos, fato ocorrido apenas em 2017. Após esse batimento de planta, foi recebida a quitação da Brasil Digital e da Oi até 2016, e da Telefonia até 2013.

	2017	2016
16. Obrigações fiscais		
ISS a recolher	53.556	118.170
IRRF a recolher	924.698	960.601
CSL/COFINs/PIS COD. 5952	146.578	123.457
COFINs sobre prestação de serviços	12.684	-
	1.137.516	1.202.228

	2017	2016
17. Obrigações sociais		
Fundo Social - INSS	903.973	921.797
Previdência Garantia - FGTS	302.542	321.519
PIS	46.406	40.237
	1.252.921	1.283.553
18. Obrigações trabalhistas		
Férias	3.494.202	3.350.459
INSS sobre férias	891.820	854.365
FGTS sobre férias	279.535	268.035
Prêmio de desempenho	3.007.536	-
Outros	7.896.856	4.472.859

O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, para o fomento de tecnologia de informações e comunicações no meio acadêmico público federal. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas, conforme preceito da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, e existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo, para qualquer fim, em remuneração fixa, para fins de incorporação aos salários. O ano de 2015 foi o ano de inúmeros momentos de restrição econômica e financeira do País, o que se refletiu nos repasses dos ministérios financiados da ação promovida pela RNP, não havendo, portanto, a deliberação pela Diretoria para o pagamento do prêmio de desempenho de 2015 que será pago em 2016. No ano seguinte, 2016, com o esforço desenvolvido, tanto pelos empregados quanto pelos contratantes, otimizando o uso dos recursos e melhorando o fluxo de repasses do governo, foi possível que em 2017 se realizasse o pagamento de 50% do prêmio daquele ano, conforme condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, ou seja, 50% na assinatura do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão vigente, assegurado os repasses financeiros decorrentes, e os demais 50% na assinatura do 17º Termo Aditivo e o repasse dos recursos vinculados. Como os recursos do 17º Termo Aditivo só chegaram nos últimos dias do ano, a parcela referente à segunda parte do prêmio de 2016 só será paga em fevereiro de 2018.

19. Obrigações em circulação:

	2017	2016
Contrato de Gestão - MCTIC	200.388.784	228.732.508
Finop - Cligis	-	23.333
Finop - Silbrate	-	268.991
Finop - Cloutlab	595.691	-
	200.984.475	229.024.832

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINOP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada na caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP, em 2018, receberá recursos no valor total de R\$ 60.368.703 referentes a R\$ 2.333.333 de recursos do Ministério da Saúde previstos no 15º Termo Aditivo assinado em 2016, e de R\$ 58.035.370 para a continuidade do fomento e de execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação, previstos no 17º Termo Aditivo assinado em 2017, conforme a seguir:

	2018	R\$
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	2.333.333	
17º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	58.035.370	
	60.368.703	

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, do montante acima enumerado foi disponibilizado para a Entidade o valor de R\$ 53.994.538 referente ao 17º Termo Aditivo em 2018. **20. Provisão para contingências:** A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda. A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomadas em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016,

de acordo com os valores abaixo discriminados:

	2017	2016
Trabalhistas	21.674.712	25.510.352
Cíveis	2.773.608	2.478.843
	24.448.320	27.989.195

Contingências trabalhistas: O maior impacto na redução de R\$ 3.835.640 da provisão trabalhista de 2016 (R\$ 25.510.352) foi referente ao passivo contingencial classificado como provável em 2016 pelo reconhecimento de vínculo empregatício com pessoas físicas e jurídicas, cujo prazo foi mitigado ao longo do exercício de 2017. **Contingências cíveis:** Foi realizada uma ação de R\$ 294.750 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltd. O montante referente a multa contratual continua classificado como de risco remoto em virtude do andamento do processo no exercício de 2017, portanto, não se encontra registrado como contingência. Adicionalmente, a Entidade tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2017	2016
Trabalhistas	5	1.184.442	939.774
Tributárias	0	-	16.097.641
		1.184.442	17.037.415

A maior variação de 2017 se deve à decisão da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, que em 27/02/2017 não reconhecendo o Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional e cancelou integralmente o auto de infração lavrado, dando ganho de causa à RNP. Os autos já foram remetidos ao Arquivo Digital dos Órgãos Centrais da Receita Federal do Brasil. Em relação à variação da contingência trabalhista classificada como de risco possível, dos quatro processos judiciais em curso no exercício de 2016, dois passaram a ser classificados como prováveis, mas outros três foram impetrados contra a RNP ao longo do exercício de 2017, em seu valor de R\$ 179.375, em que o profissional pede o reconhecimento de vínculo, além de outros direitos trabalhistas. **Depósitos judiciais:** Adicionalmente, a RNP possui dois processos judiciais para 2 causas ativas em 31 de dezembro de 2017 que totalizam em R\$ 2.270.311 (R\$ 1.569.311 em 2016). As informações detalhadas quanto aos depósitos efetuados estão divulgadas na nota explicativa número 11.

	2017	2016
21. Receita de convênios:		
EMBRAPA	200.000	134.912
SERPRO	-	738.845
REDECLARA	-	1.618.072
Projeto 4º Chamada Coordenada BR-UE	10.504.994	2.000.000
Fundação Universidade de Brasília - FUB	387.248	302.248
Lauren Foundation	288.462	288.500
Chamada Coordenada BR-UE	14.340.831	-
CEBRASPE	188.760	-
Centro de Educação Superior de Brasília - CESB	167.905	-
Instituto Federal de Educação de Brasília - IFB	2.712.413	-
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	38.180	-
Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB	56.370	113.343
Outros	1.137.000	753.503
Receitas Canceladas	(115.952)	-
	27.649.820	5.931.122

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos convênios em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria, destinada à integração de novas organizações e de novas comunicações. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

	2017	2016
22. Despesas gerais e administrativas:		
Conectividade nacional (a)	(81.967.557)	(95.268.800)
Convênio de cooperação acadêmica	(16.077.925)	(16.396.950)
Consultoria de sistema de informática	(12.821.804)	(8.353.884)
Conectividade internacional	(8.800.314)	(10.553.406)
Serviço de terceirização de mão de obra	(9.272.137)	(9.272.137)
Viagens	(6.470.153)	(1.212.020)
Consultoria e ass. de informática e congêneres	(4.378.214)	(3.770.158)
Ocupação	(4.350.196)	(3.237.814)
Serviço de Obra Civil	(3.097.160)	(4.919.907)
Serviço de instalação e mant. de equipamentos	(2.583.316)	(1.943.516)
Serviço de instalação e Configuração	(2.038.472)	(1.159.118)
Utilidades e serviços	(1.909.751)	(1.920.887)
Serviço de suporte e manutenção de software	(1.436.434)	(1.601.897)
Consultoria de gestão de projetos	(1.014.198)	(1.494.620)
Treinamentos e cursos	(983.913)	(680.088)
Consultoria e assessoria - ESR	(751.034)	(526.978)
Serviço de Auditoria	(688.279)	(252.021)
Assessoria de imprensa	(520.844)	(522.216)
Serviços especializados - eventos	(477.121)	(290.745)
Consultoria e assessoria em P&D de projetos	(409.422)	(111.008)
Assessoria em design	(320.430)	(357.845)
Serviço de cooperativas - taxi	(251.729)	(145.552)
Consumo de materiais e produtos	(218.705)	(197.838)
Consultoria de suporte e manutenção de rede	-	(125.936)
Outras despesas	(10.958.586)	(8.361.054)
	(165.459.220)	(167.936.840)

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por: (a) os valores referentes à conectividade nacional ocorrida em 2016, em função da execução para aumento de oferta de banda e redução no custo do valor Mbps através da redução de acordos de postagem de continuidade para 24 ou 36 meses com os fornecedores existentes. (b) O aumento observado com consultoria de sistemas de informática foi devido ao aumento de escopo dos fornecedores existentes para apoio aos projetos da CAFEP, EMBRAPA e SDC-Cultura, além da contratação do fornecedor Linare para suporte aos mesmos projetos. Por fim, foram realizados também novos contratos com os fornecedores Mackenzie, Diogo Costa e Anjo. (c) A redução na realização de viagens em 2016, o aumento se deu pela redução de negociação para redução também do valor do Megabit contratado da Fundação Lauren. (d) O aumento nas despesas de contratação de serviço de terceirização de mão-de-obra foi relativo a aumento de salários para adequação ao disídio anual aprovado, como também para aumento da força de trabalho para apoio às atividades de gestão administrativa das unidades da RNP (R\$ 464.788) de manutenção e operação do NOC (R\$ 399.000), das Alamedas da ESR (R\$ 343.136) e das atividades de atendimento integrado (R\$ 343.970). (e) Além da severa restrição na aquisição de softwares utilizados no projeto de RNP, o aumento se deu pela redução de negociação para redução também do valor do Megabit contratado da Fundação Lauren. (f) O aumento nas despesas de contratação de serviço de terceirização de mão-de-obra foi relativo a aumento de salários para adequação ao disídio anual aprovado, como também para aumento da força de trabalho para apoio às atividades de gestão administrativa das unidades da RNP (R\$ 464.788) de manutenção e operação do NOC (R\$ 399.000), das Alamedas da ESR (



continuação

assessoria em pesquisa em desenvolvimento de projetos foi relativo à inclusão de dois novos contratos com fornecedores para apoio aos projetos SIBRR (RS 136.768) e a Cultura (RS 90.000), que não foram realizados em 2016. (f) Conforme mencionado no item (e), houve um aumento no volume de viagens e, consequentemente, nas despesas com taxis. **23. Outras receitas operacionais:**

	2017	2016
Provisão para perdas - ativo imobilizado e intangível	(7.930.629)	(7.930.629)
Basas de ativo imobilizado	(334.274)	(334.274)
Resultado negativo na alienação do imobilizado	(84.636)	-
Descontos obtidos	321.660	456.474
Varição cambial	15.322	696
Outros	12.081	14.126
	(7.947.566)	(137.111)

A maior variação do saldo refere-se à constituição de provisão para perdas no ativo imobilizado e intangível. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado e intangível cuja classificação enseja a necessidade de provisão, calculada com base nos status dos bens conforme detalhado nas notas explicativas números 13 e 14.

24. Resultado financeiro líquido:

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	16.282.710	17.616.411
	16.282.710	17.616.411

	2017	2016
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(27.537)	(36.109)
IOF	(108.007)	(209.882)
IRRF s/ aplicação financeira	(3.170.698)	(2.876.189)
Juros e máculas passivas	(1.310)	(811)
Varição cambial	(264.014)	(1.791)
Juros	(926)	(23.448)
	(3.572.492)	(3.146.230)
	12.710.218	14.469.181

25. Transações com partes relacionadas: Remuneração e pessoal-chave: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.079.668 (R\$ 1.962.806 em 2016). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para seus diretores e colaboradores. A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que tem como objetivo principal conectar a RNP às instituições de ensino e pesquisa de diversos países da América Latina e Europa. Com isto, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizenedi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo da CLARA. CLARA, através da RedCLARA, prestou estes serviços de interconexão internacional para a RNP nos anos de 2017 e 2016 nos montantes de R\$ 1.931.690 e R\$ 1.488.506, respectivamente. **26. Cobertura de seguros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os ativos da RNP estavam seguros contra sinistro pelo valor máximo indenizatório de R\$ 14.062.200 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks, e de R\$ 2.354.361 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de R\$ 386.427 (R\$ 359.551 em 2016), compreendendo o seguro dos riscos de danos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$ 384.002 e de móveis no valor de R\$ 425. Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Recife, localizado em Pernambuco. No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório. Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisado e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio. **27. Eventos Subsequentes:** A RNP avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 para fins de divulgação de eventos subsequentes, e não encontrou eventos significativos em conflitos trabalhistas.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:
RNP Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis adotadas em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Risco:** Continuamos das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP sob provisão pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e demais ministérios integrantes do programa RNP, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade da Entidade. Nossa opinião não está ressuada por este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o provimento de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a documentação ou o reconhecimento de obrigações. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados e as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de natureza contábil, com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os assuntos relativos aos comprometimentos ou assuntos que poderiam representar, nossa independência, nossa imparcialidade, quanto aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018. RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.080/0-9. Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/0-4 - Contador.

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre os quadros relativos ao fluxo de caixa financeiro Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP Rio de Janeiro - RJ. **Introdução:** Para tratar de um serviço específico de asseguarção limitada, resumamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho, embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 20 de novembro de 2015. Para tratar quanto às demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualqur falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer ilusão que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, não pode ser detectada pelo auditor entendendo-se sua finalidade a fim de confirmar ou não suas suspeitas. Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguarção limitada. Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos os exames em qualquer circunstância este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas. **2. Objetivo da revisão:** Conforme nossa carta de contratação datada de 31 de agosto de 2017, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguarção limitada) dos quadros 1 a 5 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estes quadros foram elaborados sob responsabilidade da RNP e são divulgados em seu Relatório de Gestão Anual. Não foi por parte do auditor a obtenção de informações sobre o levantamento e a análise dos dados socioeconômicos internos da Associação que seriam requeridos em um trabalho de auditoria com o objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, conforme as normas da profissão. **3. Extensão do trabalho:** Nossos trabalhos foram desenvolvidos tomando por base os quadros 1 a 5 do Relatório de Gestão Anual relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação apresentado em seus relatórios, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4. Limitação do escopo: Nossos procedimentos de asseguarção limitada foram limitados à obtenção de informações sobre os trabalhos de auditoria realizados pelos administradores da Associação em 31 de dezembro de 2017, bem como discussões restritas com a Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração e apresentação dos quadros 1 a 5 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da RNP. **5. Principais procedimentos de asseguarção limitada adotados: 5.1. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão. 5.1.1.** Histórico de recebimentos dos valores repassados pelo Contrato de Gestão: Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados nos anos de 2011 a 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos do orçamento e do extrato bancário - MCTIC e outros órgãos para atendimento ao plano de trabalho da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 194.837.544,64 no exercício de 2017 (R\$ 328.882.431,66 em 2016 e R\$ 176.678.513,32 em 2015, respectivamente). O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Examinamos os aditivos do Contrato de Gestão através dos qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico dos recursos provenientes do Contrato de Gestão.

Fontes de recursos				Valores em R\$ mil			
Anos	MCTIC	Outras	Total	2017	2016	2015	2014
2011	45.883	126.057	171.940				
2012	34.607	164.114	198.721				
2013	35.350	120.426	155.776				
2014	24.896	261.767	286.663				
2015	46.445	130.033	176.678				
2016	99.758	729.124	328.882				
2017	50.600	144.838	194.838				

5.2. Valores repassados pelo Contrato de Gestão no ano de 2017: 5.2.1. Recebimentos do Contrato de Gestão no ano de 2017: Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados no ano de 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos para atendimento ao plano de trabalho da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 194.837.544,64 no exercício de 2017. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Exame dos aditivos do Contrato de Gestão através dos qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico

detalhado dos valores repassados pelo Contrato de Gestão em 2017:

Valores em R\$ mil			
Fonte	Termo Aditivo	Valor	Data
MCTIC	16ª TA - MCTI	5.000	17/11/2017
	16ª TA - MCTI	45.000	18/12/2017
Total MCTIC		50.000	
MEC	15ª TA - MEC	15.000	22/03/2017
	15ª TA - MEC	7.500	02/06/2017
	15ª TA - MEC	7.500	21/06/2017
	15ª TA - MEC	20.000	26/10/2017
	15ª TA - MEC	25.000	24/11/2017
	15ª TA - MEC	65.000	22/12/2017
Total MEC		140.000	
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - ANCINE	2.771	31/01/2017
	15ª TA - EBC	281	21/02/2017
	15ª TA - ANCINE	400	09/03/2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - FNS	667	15/05/2017
15ª TA - EBC	719	07/07/2017	
Total Outras Fontes		4.338	
Total Geral		194.838	

O quadro abaixo demonstra os valores a receber conforme termos aditivos:

Valores em R\$ mil			
Fonte	Termo Aditivo	Valor	Ano
MCTIC	17ª TA - MCTIC	300	2017
	17ª TA - MCTIC	475	2017
	17ª TA - MCTIC	1.350	2017
MEC	17ª TA - MCTIC	6.000	2017
	17ª TA - MCTIC	3.000	2017
	17ª TA - MCTIC	3.000	2017
Total MCTIC		11.125	
MEC	15ª TA - MEC	25.000	2017
	15ª TA - MEC	3.500	2017
	15ª TA - MEC	9.700	2017
Total MEC		38.200	
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - MS-FNS	2.333	2016
	17ª TA - MS	1.500	2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	17ª TA - EMBRAPA	4.070	2017
17ª TA - ANCINE	3.141	2017	
Total Outras Fontes		11.044	
Total Geral		60.369	

5.3. Contas bancárias: Refere-se ao sumário dos saldos de conta corrente, conta poupança e aplicações financeiras mantidas junto à instituição financeira em 31 de dezembro de 2017, conforme exibido no quadro 4 em anexo. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto às instituições financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) referentes ao Contrato de Gestão. A reserva financeira referente ao ano de 2016 foi efetivamente constituída em 2017. O quadro a seguir demonstra o saldo das contas bancárias analisadas (em reais):

Valores em R\$ mil					
Banco	Agência	Conta	2017	2016	
BB	3519-x	70.900-X CG/4172	86.081	70.990	70.990
BB	3519-x	70.000-2 CG/4655	42.409	82.522	
BB	3519-x	70.000-3 CG/Reursos Adividados	35.266	53.524	
BB	3519-x	70.910-7 FNDCT	15.405	14.422	
BB	3519-x	70.002-9 FNDCT	276	264	
CEF	0545	1989-3 DI - Reserva financeira	12.743		
Totais			192.180	221.723	

5.4. Demonstração de receitas auferidas: Refere-se às receitas apropriadas dos recursos recebidos mediante sua aplicação na execução do objeto social da RNP. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto à instituição financeira (Banco do Brasil). • Examinamos em base de amostragem, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário. • Analisamos em base de amostragem, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário. • Examinamos em base de amostragem, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e de 13º salário de janeiro a dezembro de 2017, bem como os respectivos pagamentos efetuados. • Examinamos em base de amostragem, guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2017, bem como as respectivas liquidações financeiras através de extrato bancário. O quadro a seguir demonstra as receitas auferidas em 2017 e 2016:

Valores em R\$ mil						
Receitas	2017			2016		
	ASS	CG	TOTAL	ASS	CG	TOTAL
Receita do Contrato de Gestão*		223.306	223.306			209.871
Receita de prestação de serviços	2.385	-	2.385	1.640	841	2.481
Receitas de convênios	27.581	69	27.650	5.931	273	6.206
Receita financeira	4.654	11.628	16.282	5.169	12.447	17.616
Descontos financeiros obtidos**		1	321	322	1	455
Outros**		6	22	28	9	16
Total	34.627	235.346	269.973	12.750	223.896	236.646

Nota 1: Receita realizada do Contrato de Gestão. Nota 2: Descontos obtidos ematuras de prestação de serviços de telecom e não telecom. Nota 3: Receitas não operacionais com variação cambial e prêmio de seguros. **5.5. Plano de ação pactuado e realizado em 2017:** Refere-se ao comparativo entre o orçamento e o real ocorrido em 2017. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confrontamos o total dos balancetes, segregados por centros de custo (projetos do Contrato de Gestão) com o balancete contábil, sem divergências. • Revisamos em base de amostragem, a saída de recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário, validando assim os valores executados. O quadro a seguir demonstra o comparativo entre o orçado e realizado no ano de 2017:



continuação		REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP					
		CNPJ 03.508.097/0001-36					
<p>dado aos mesmos, de forma descentralizada. Em fevereiro de 2018 foi realizada uma reunião envolvendo a Controladoria, a Secretaria de Desenvolvimento Institucional, o Modelo de Gestão (SDI-MG), o Diretor de Gestão e o Diretor Geral, para definir o processo de tratativa dos apontamentos de forma corporativa e integrada. Foi acordado que a SDI-MG iniciará um trabalho, em conjunto com as áreas, para definição de planos de ação formais, contendo prazos e descrição das ações que serão realizadas. A Controladoria ficará responsável pelo controle dos status de mitigação dos riscos e reportará mensalmente à Diretoria Executiva da RNP. Os status abaixo foi corroborado com os responsáveis, independentemente do controle por este <i>dash board</i> e passarão a ser apontados no Relatório de Gestão Semestral 2016 - Contas da RNP e no Relatório de Gestão Semestral 2016, disponível no site da RNP. O gestor responsável entende que um cálculo anual não reflete a realidade do indicador pois este deveria ser analisado em bases plurianuais, quando todo o ciclo do Contrato de Gestão estiver finalizado, pois o gasto inicialmente é superior ao retorno e a cada ano os indicadores irão apresentar valores distorcidos. Adicionalmente, para fins de efetividade, a RNP utiliza como indicador o resultado de pesquisa de satisfação de partes interessadas, além de obter um relatório da Unicamp quanto à satisfação das partes e influência da RNP na melhoria de acesso à informação dos usuários de suas várias instituições beneficiárias. Foi criada uma comissão de avaliação que emita um relatório sobre o sistema de cálculo sobre aspectos qualitativos e também foi emitido um relatório plurianual para que os indicadores fossem calculados em períodos maiores que 12 meses. Os indicadores 2, 6 e 10 foram reformulados e para 2018 será utilizado um quadro de indicadores totalmente novo. 1.1.2. Recomendação à RNP que adote sistematicamente de comparação entre o desempenho da organização social e outras instituições nacionais e internacionais de excelência reconhecida, em termos de qualidade dos resultados e serviços realizados (item 9.2 do Acórdão 3.226/2014). A Entidade entende que este ponto é uma recomendação e não uma obrigação imposta pelo item, de nome "Componentes Estratégicos para o Contrato de Gestão MCTIC/MEC-RNP/OS - 2018 - 2022", em sua versão 2.3 de 03/07/2017. O documento contém informações de plano estratégico, modelo de negócio da RNP, estratégia organizacional e financiamento. 1.1.4. Documentação suporte para as fases de negociação, aprovação e pactuação dos termos aditivos anuais, para que os produtos e serviços propostos nos planos de ação estejam subsidiados e evidenciados objetivamente qual produto ou serviço será executado e de que forma ele está correlacionado com os objetivos do Contrato de Gestão e das políticas CT&I, além da estimativa de custos, nos moldes definidos no Acórdão 710/2011-TCU-2ª Câmara (item 9.4.1 do Acórdão 3.304/2014). A RNP enviou Ofício RNP/OF/339/2017, emitido em 29 de dezembro de 2017, informando quais documentos e procedimentos internos estão em vigor e atendimento ao solicitado. As respostas foram detalhadas e introduzidas pelo seguinte texto: "Com relação às fases de negociação, aprovação e pactuação dos termos aditivos anuais e a documentação que subsidia o processo dos termos aditivos ao Contrato de Gestão, prestamos esclarecimentos sobre os seguintes pontos: (1) a negociação e pactuação de projetos de programa interministerial RNP; (2) as reuniões de apresentação dos projetos no MCTIC e a documentação que subsidia o processo de contratualização; e (3) a contratualização do fomento MEC e MCTIC." 1.1.5. Detalhamento de informações, na execução dos planos de ação, cada programa, projeto, subação ou atividade por intermédio, no mínimo, especificando: identificação detalhada do produto ou serviço a ser entregue e dos prazos de conclusão; identificação precisa da origem da demanda (unidade e responsável); vinculação aos objetivos estratégicos, cronograma físico e financeiro, estimativa detalhada dos custos, estratégia de implementação, quando couber; impactos estimados ou potenciais, incluindo possíveis</p>		<p>beneficiários ou usuários; e forma de divulgação ou publicação dos resultados (item 9.4.2 do Acórdão 3.304/2014). A RNP enviou Ofício RNP/OF/339/2017, emitido em 29 de dezembro de 2017, contendo as respostas a esta solicitação do TCU, onde a RNP incluiu o nome de cada documento onde seriam localizadas as informações solicitadas. Adicionalmente, foi encaminhada cópia do 17º TMA, como justificativa ao atendimento do ponto de contratualização do fomento MEC e MCTIC. 1.1.6. Disponibilizar a informação em site quanto à identificação de produto ou serviço, vinculação ao programa, projeto, ação ou subação do plano de ação e autor ou responsável. Adicionalmente, incluir a listagem de pessoas físicas e/ou jurídicas contratadas para a execução das metas previstas. Incluir, ainda, cópia eletrônica dos produtos ou a indicação de como podem ser consultados, dentre outras informações que entenderem cabíveis. (item 9.6 do Acórdão 3.304/2014). A RNP enviou Ofício RNP/OF/339/2017, emitido em 29 de dezembro de 2017, contendo as respostas a esta solicitação do TCU, indicando o link no seu próprio site da internet em que as informações solicitadas estão disponíveis em seu Relatório de Gestão Anual. Ademais, em sua resposta, a RNP informou que a partir de 2017 foram acessados aos relatórios de avaliação do Contrato de Gestão e disponibilizados na internet a relação dos funcionários que compõem a força de trabalho, incluídos contratos com colaboradores pessoa física. Informou ainda que em função da quantidade e da necessária automação dos processos, encontra-se em elaboração a lista dos principais contratos de pessoa jurídica por macroprocesso, relativos a 2017, a serem disponibilizados até o fim de março de 2018, na internet. Foi decidido que o CPF dos colaboradores pessoa física não seriam divulgados. 2. Auditoria Governamental - CGU 2.1. Auditoria 2016/081/001 - Transparência Ativa 2.1.1. Disponibilizar em transparência ativa no site da RNP, informações mínimas recomendadas pela CGU. A Controladoria coordenou a elaboração de uma proposta de atendimento à transparência ativa e passiva da Lei e encaminhou para avaliação da DE, que definiu os itens que seriam divulgados e encaregou a Diretoria de Gestão e à Gerência de Administração a responsabilidade pela implementação e divulgação das informações definidas e aprovadas pela DE. 3. Auditoria Governamental - CGU 3.1. Auditoria 2014/07811 - Contas do exercício de 2013. 3.1.1. Foi identificado que as justificativas eram insuficientes para aquisições/contratações realizadas por dispensa e ausência de demonstração da compatibilidade dos valores praticados com os de mercado. Foi recomendada a revisão do normativo da RNP estabelecendo a documentação necessária à instrução dos processos de dispensa justificada, que possibilite a identificação: do item normativo interno de compras que respalda a contratação/aquisição, da justificativa detalhada que demonstre e comprove a situação ensejadora da dispensa e da compatibilidade dos valores praticados com os de mercado. Adicionalmente, o normativo é ausente quanto ao prazo máximo para contratações realizadas mediante dispensa justificada, respaldada em situação de emergência (item 1.1.1 do Ofício CGU nº. 19841/2014); A RNP fez as alterações no normativo em outubro de 2016, implantou o bloqueio no sistema para compras por dispensa sem justificativa e o prazo máximo foi alterado para 180 dias para contratações realizadas nesta modalidade. X. verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do contrato de gestão. • Verificamos, com base em amostragens, a apuração de alocação dos gastos com recursos do contrato de gestão por linhas de ação e metas consolidadas por macroprocessos organizacionais e da contabilização correta em relação aos itens de despesas apresentados na assuração do fluxo de caixa financeiro efetuado pela RSM. • O sistema de pagamentos da RNP exige que, antes da aprovação da despesa para seguimento do processo financeiro, a solicitação de compra/serviço seja vinculada a um projeto. No momento em que este projeto é aberto no módulo de orçamento, o macroprocesso organizacional é definido e não é possível perseguir com o processo de pagamento sem a definição do gestor do projeto a respeito dos objetivos, ações e metas. Se não houver saldo no orçamento, o sistema também não permite incorrer naquele gasto. • Na amostra selecionada para inspeção da documentação suporte para os registros da despesa, não identificamos gastos que não sejam vinculados aos macroprocessos estabelecidos, corroborando o entendimento acima. XI - eficiência da gestão sob o aspecto de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações. • Verificamos as bases de apuração dos quatro indicadores de economicidade, assim como da aferição de conformidade da metodologia. A eficiência é avaliada mediante a comparação dos indicadores do ano atual com o ano anterior, devido à ausência de informações públicas e impossibilidade de efetuar comparativos com o mercado. • Recalculamos os indicadores conforme Relatório de Atividades e não encontramos divergências em nenhum indicador superior a R\$ 3 (três reais).</p>					
		<p>Detalhamos abaixo as justificativas da organização que corrobora o entendimento dos cálculos:</p>					
		<p>Indicador 2</p> <p>Gasto médio do Mb/s em rede própria</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2017 (R\$)</th> <th>2016 (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(aferição da economicidade dos gastos na alocação de capacidade de transmissão (banda) em rede própria da RNP) 67,7 25,81</p> <p>• Houve um investimento de cerca de R\$ 11 milhões em equipamentos DWDM e interfaces de roteadores para o estabelecimento de rotas do backbone de 100 Gb/s na Região Nordeste, cuja construção foi iniciada fazendo uso do acordo firmado com a CHESF. Devido a este dispêndio de recursos financeiros, sem ter refletida ainda o benefício da contrapartida esperada, que será a banda disponibilizada pelos novos circuitos destas rotas, o indicador aumentou 162% no período. A expectativa da RNP é que este indicador tenha uma redução significativa em 2018, quando os primeiros circuitos de 100 Gb/s entrarem em operação.</p>		2017 (R\$)	2016 (R\$)		
2017 (R\$)	2016 (R\$)						
		<p>Indicador 2</p> <p>Gasto médio do Mb/s em rede de terceiros</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2017 (R\$)</th> <th>2016 (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(aferição da economicidade dos gastos na alocação de capacidade de transmissão (banda) por parte da RNP em rede de terceiros) 357,48 351,14</p> <p>• Segundo a RNP, o aumento de 2% em relação a 2016 foi devido a liquidação, no ano de 2017, de passivos em atraso, segundo recomendação da auditoria independente realizada no ano de 2016 e determinação do Conselho de Administração. Dessa forma, foram realizados gastos da ordem de R\$ 19,4 milhões para o pagamento de faturas de circuitos de exercícios passados.</p>		2017 (R\$)	2016 (R\$)		
2017 (R\$)	2016 (R\$)						
		<p>Indicador 3</p> <p>Gasto médio em engenharia e operação de redes por capacidade</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2017 (R\$)</th> <th>2016 (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(aferição da capacidade da RNP de prover conectividade para as suas instituições usuárias com o mínimo de gastos para execução dos processos que cuidam do estabelecimento deste serviço, seja ele em banda disponibilizada no backbone, ou diretamente aos seus clientes) 268,43 244,88</p> <p>• Conforme mencionado nos indicadores 1 e 2, o aumento de 10% no indicador 3 é devido à aquisição de ativos relevantes no período sem reflexo imediato no aumento da banda, uma vez que os circuitos ainda não foram ativados, assim como os gastos efetuados no período para saldar dívidas de circuitos de ativos, sem aumento de ativação. Ambos dispêndios financeiros afetam o cálculo deste indicador.</p>		2017 (R\$)	2016 (R\$)		
2017 (R\$)	2016 (R\$)						
		<p>Indicador 4</p> <p>Gasto médio em engenharia e operação de redes por campus</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2017 (R\$)</th> <th>2016 (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(aferição da capacidade da RNP em prover conectividade para as suas instituições usuárias com o mínimo de gastos para execução dos processos que cuidam do estabelecimento deste serviço, frente ao número de campi atendidos) 131.120,34 119.242,53</p> <p>• A justificativa da RNP para o aumento de 10% neste indicador é que, além dos dispêndios mencionados nos indicadores anteriores, houve falta de conexão de número significativo de novas instituições usuárias devido às restrições orçamentárias. Considerando que os procedimentos acima não se constituem em um trabalho de auditoria ou de revisão limitada conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil, não expressamos qualquer assuração sobre os números reportados neste relatório. Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ao realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil (NBC TAs ou NBC TRs), outros assuntos podiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relacionados. O nosso relatório destina-se exclusivamente à finalidade descrita no primeiro parágrafo deste relatório e a informar V.Sas. não devendo ser utilizado para qualquer outro fim ou distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência de, ou que não tenham concordado com, os procedimentos acima. Este relatório está relacionado exclusivamente com os itens acima especificados e não se estende às demonstrações contábeis da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, tomadas em conjunto: Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018. RSM ACAAUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.000/O-9; Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/O-4 - Contador. Av Rio Branco, nº 123 - 21ª andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20.040-005 - Brasil.</p>		2017 (R\$)	2016 (R\$)		
2017 (R\$)	2016 (R\$)						

SÃO PAULO TURISMO S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo de Compras 1220/15 - Contrato CCN/GCO 047/16 - Termo de aditamento 026/18 - Contratante: São Paulo Turismo S/A - Contratada: Tech Composites Indústria e Comércio Ltda-CNPJ: 02.758.940/0001-70 - Objeto do Contrato: Aquisição de tampas reforçadas em fibra de vidro e resina, em estrutura monolítica de corpo único, para as canaletas do Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi- Objeto do aditamento: Alteração da redação da Clausula Primeira do Aditivo CCN/GCO 089/17, para retificar a quantidade de tampas - Data da assinatura: 23/02/2018.

SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017
 Processo: Inexigibilidade 011/2017. Contratante: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. CNPJ: 73.471.963/0160-60. Representado por Gelter Costa Ferreira. Contratado: Imprensa Nacional. CNPJ: 04.196.645/0001-00. Representado por Alexandre Miranda Machado. Objeto: Prestação de serviço da CONTRATADA, de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do CONTRATANTE. Vigência: 21/03/2018 a 21/03/2019. Valor do Centímetro Coluna (cm/col) R\$ 33,04 (Trinta e três reais e quatro centavos). Data de assinatura: 05/03/2018.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2018

Espécie: Processo 974/2017 - Contrato 013/2018
 Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.
 Contratada: INOVAÇÃO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA - EPP
 Objeto: execução de obra civil e elétrica para reforma de imóvel existente e mudança do Escritório Regional de Campinas. Valor: R\$ 123.999,99 - Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2018.
 Assinaturas: pelo contratante Bruno Caetano Raimundo, Pedro Rubez Jehá e Ivan Hussni e pela contratada: José Ivo Lima Sousa.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2018

Espécie: Processo 946/2017 - Contrato 014/2018
 Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.
 Contratada: FREDERICO A. M. NUTI - ME
 Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de vídeo 3D 360º instrucional sobre como deve ser uma Loja Modelo nos segmentos Minimercado, Petshop e Negócios de Garagem para o MEI, a serem utilizados na Feira do Empreendedor de São Paulo - 2018. Valor: R\$ 45.900,00 - Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2018. Assinaturas: pelo contratante Bruno Caetano Raimundo, Pedro Rubez Jehá e Ivan Hussni e pela contratada: Frederico Augusto Monteiro Nuti.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2018

Espécie: Processo 988/2017 - Contrato 010/2018
 Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.
 Contratada: MATHEUS DIOGO DE ARAUJO - ME
 Objeto: prestação de serviços de engenharia civil para adequação de acessibilidade do Escritório Regional de Itapeva, do SEBRAE-SP. Valor: R\$ 24.199,61 - Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2018. Assinaturas: pelo contratante Bruno Caetano Raimundo, Pedro Rubez Jehá e Ivan Hussni e pela contratada: Matheus Diogo de Araujo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2018

Espécie: Processo 987/2017 - Contrato 011/2018
 Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.
 Contratada: MATHEUS DIOGO DE ARAUJO - ME
 Objeto: prestação de serviços de engenharia civil para adequação de acessibilidade do Escritório Regional Vale do Ribeira. Valor: R\$ 35.999,30 - Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2018. Assinaturas: pelo contratante Bruno Caetano Raimundo, Pedro Rubez Jehá e Ivan Hussni e pela contratada: Matheus Diogo de Araujo.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2018
 O SEBRAE Pará, comunica a realização das seguintes licitações: PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2018. Objeto: prestação de serviços, em regime de locação mensal, da conexão ao backbone da rede mundial - Internet, através de link dedicado de dados, de uso ilimitado, com alta qualidade e performance. Abertura: 26 de março de 2018, às 10 (dez) horas.